



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária do Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia vinte e nove de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, primeiro vice-presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** destacou a relevância da luta dos povos originários da região, ressaltando que esta Casa Legislativa, em momentos anteriores, deixou de reconhecer devidamente a origem, a história e a identidade desses povos. O parlamentar manifestou-se em defesa do respeito e reafirmou seu posicionamento de estar ao lado das comunidades que lutam por seus direitos. O vereador enfatizou que cada demanda apresentada nesta Casa deve ser ouvida e considerada, reforçando que a Câmara Municipal deve se consolidar como espaço de representação de todos, incluindo os povos quilombolas, povos indígenas, a comunidade LGBTQIA+ e aqueles que muitas vezes não possuem voz. Ressaltou ainda a importância da criação de uma comissão que acolha e dê seguimento às reivindicações apresentadas, conforme mencionado pela presidência, garantindo os devidos trâmites regimentais. O vereador **ANDREO RASERA (PL)** destacou sua preocupação com a situação enfrentada pelos idosos no município de Santarém em relação ao uso do transporte coletivo. Informou que havia conversado recentemente com o secretário **MARCELINO XAVIER**, questionando sobre as dificuldades que pessoas idosas, muitas vezes com limitações de mobilidade e deficiências, vêm enfrentando para garantir o acesso ao passe livre previsto no Estatuto do Idoso. Relatou que idosos são obrigados a se deslocar até a empresa concessionária Startec para realizar a revalidação anual do benefício, procedimento que, segundo afirmou, não está previsto no contrato de prestação de serviços. Ressaltou que tal exigência expõe os idosos a constrangimentos, destacando situações de pessoas que se deslocam de bairros distantes para enfrentar filas e o desconforto do sol em pontos da cidade. O parlamentar informou que, diante da gravidade do tema, levaria a questão ao Ministério Público para buscar providências. O vereador criticou ainda a postura da empresa responsável pela bilhetagem, que, segundo ele, estaria “massacrando” segmentos vulneráveis da sociedade, como idosos e pessoas com deficiência, inclusive autistas. Reiterou que a Câmara Municipal não poderia se omitir diante desse cenário e que é dever do Poder Legislativo defender tais grupos. O presidente em exercício, vereador **GERLANDE CASTRO (PP)** suspendeu temporariamente a sessão para ouvir as demandas dos povos quilombolas e indígenas que estavam em protesto no plenário. Na ocasião foi protocolado junto à Mesa o pedido de *impeachment* do vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)**. Após a manifestação, os trabalhos foram retomados pelo presidente em exercício. Na sequência, fez uso da palavra o vereador **ELIELTON LIRA (PDT)**, que parabenizou o ato democrático ocorrido, embora tenha considerado sua forma exagerada. O parlamentar destacou que desconhecia qualquer posicionamento do vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** que pudesse configurar desrespeito, racismo ou irregularidade, salientando que reconhecia muitas das lideranças indígenas presentes e assegurava a elas seu respeito, bem como os direitos que lhes são garantidos pela Constituição Federal desde 1988 e destacou reconhecer tanto a luta quanto as dificuldades vivenciadas por essas comunidades. O parlamentar declarou-se mais indígena do que muitos que se apresentavam como tal, por ser filho da região do Aritapera, afirmando ter conhecimento de causa, devido a sua origem. Reforçou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de Santarém, declarando que sempre trabalhou desde jovem e que não depende de mandato político para se sustentar. Enfatizou que nenhuma ideologia política alteraria suas convicções e que sua prioridade é garantir condições de vida dignas para as futuras gerações. O vereador **DAVID PAIVA (REPUBLICANOS)** solicitou respeito e silêncio por parte dos indígenas presentes, frisando que, assim como a Câmara ouviu suas reivindicações, eles também deveriam ouvir os parlamentares. A seguir, o parlamentar prosseguiu sua fala, agradecendo a Deus e cumprimentando todos os presentes, destacando inicialmente a realização de uma grande ação cidadania junto à APAE. Relatou ainda sobre a audiência pública a ser realizada pela ALEPA em Santarém, convidando a população a participar, ressaltando que na



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ocasião serão discutidas pautas de relevância regional, como a questão do porto da orla em frente ao museu, que precisa ser destravada em função da importância estratégica para o turismo e para a COP 30. O vereador concluiu registrando que considerou legítima e bonita a movimentação dos povos indígenas na Casa, frisando que sua fala inicial foi apenas no sentido de pedir silêncio para continuidade dos trabalhos. Ressaltou compreender o posicionamento do VEREADOR ELIELTON LIRA, afirmando, entretanto, que mesmo que esta Casa venha a votar pela cassação do VEREADOR MALAQUIAS MOTTIN (PL), entende que a decisão poderá ser revista pelo Ministério Público, o que, em sua avaliação, poderia restituir o mandato. Finalizou afirmando que as pautas de interesse da população, como a criação do Estado do Tapajós, merecem mobilização tão intensa quanto a ocorrida naquele dia. O vereador **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** destacou que o diálogo é fundamental no processo democrático, reconhecendo que a decisão de suspender a sessão para ouvir os indígenas demonstrou respeito e sensibilidade da presidência da Casa. Ressaltou a importância da valorização da identidade cultural, da defesa dos direitos dos povos originários, da proteção ao meio ambiente, do combate à discriminação e da garantia de políticas públicas específicas. Relatou ainda sua própria vivência como filho de produtor rural, ressaltando as mudanças nas práticas agrícolas ao longo do tempo e a necessidade de conciliar preservação ambiental com condições adequadas de produção agrícola. Por fim, afirmou que a presença dos povos indígenas na Casa Legislativa foi legítima e necessária, destacando que a Constituição Federal de 1988 assegura direitos fundamentais, como saúde, educação e demarcação de terras. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)**, que iniciou destacando o respeito as lideranças indígenas e quilombolas que estiveram na Casa reivindicando seus direitos. Ressaltou que a Câmara sempre acolheu essas demandas e reconheceu a luta pela cultura, pelo território e pelo espaço dessas populações, que fazem parte da formação do povo santareno. A vereadora informou que, na manhã do mesmo dia, foi assinada a ordem de serviço para a reforma da obstetrícia do Hospital Municipal de Santarém, atingida por um incêndio em setembro. Destacou que a obra é fruto de uma luta contínua para oferecer às mães santarenas atendimento digno e de qualidade. Ressaltou que a reforma só foi possível graças à articulação do deputado federal HENDERSON PINTO. Acrescentou ainda que o prefeito JOSÉ MARIA TAPAJÓS anunciou a aquisição de um aparelho de ressonância magnética para o Hospital Municipal, o que elevará a capacidade técnica de diagnóstico, sobretudo para pacientes neurológicos. Como presidente da Comissão de Saúde, afirmou que a Câmara tem dado apoio integral às pautas da saúde, lembrando que o Hospital Municipal é referência em toda a região. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)** parabenizou a presidência pela forma democrática como recebeu o movimento indígena na Câmara. Declarou-se defensor dos povos indígenas, destacando suas origens familiares e as boas relações que sempre manteve com as aldeias do município. Lamentou apenas que a nota do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns - CITA não tenha citado nominalmente o vereador autor da ofensa, pois a fala não representou a unanimidade da Casa. Ressaltou que, em 2021, concedeu título de honra ao mérito ao CITA, reconhecendo sua luta e resistência cultural. O parlamentar discordou das declarações que minimizaram o autorreconhecimento indígena, afirmando que não se trata de “bagunça”, mas de um processo que envolve critérios da FUNAI e o reconhecimento por conselhos como o CITA. Comparou ainda com outras identidades culturais, como nordestinos e sulistas, que nunca tiveram sua legitimidade questionada. Defendeu um desenvolvimento sustentável, que respeite a natureza, as tradições e a cultura local, criticando práticas como o desmatamento irregular e a poluição dos rios. Ressaltou que as riquezas naturais são finitas e que o progresso não pode ser baseado na destruição ambiental. Finalizou reiterando que a fala ofensiva foi individual, não representando a Casa, e afirmou que é inaceitável questionar a autenticidade da identidade indígena em Santarém. O vereador **URIAS PINGARILHO (MDB)** enfatizou que a Câmara é a Casa do povo e deve sempre estar aberta às demandas populares. Destacou que a sustentabilidade deve ser pensada em três eixos: social, ambiental e econômico. Ressaltou a importância da saúde, educação, cultura, turismo e lazer, mas também da preservação ambiental e do desenvolvimento econômico para combater a fome e o desemprego. Informou que esteve na orla municipal conversando com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

empresários sobre a interdição que afeta o comércio e a mobilidade, relatando que medidas paliativas estão sendo estudadas, mas que será necessário um investimento estimado em R\$ 50 milhões para reconstrução da orla, desde o Mascotinho até a Praça do Gigi. Relatou ainda visita à comunidade de Aracampinas, às margens do rio Amazonas, onde identificou a precariedade da escola municipal, em especial uma rampa em risco de desabamento. Por isso, protocolou pedido de informação, para que se possa ter diagnóstico técnico da real situação da unidade. O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** parabenizou a Casa Legislativa pela condução dos trabalhos, ressaltando que a presença das lideranças indígenas e comunitárias naquele momento se assemelhava a uma tribuna livre, espaço de fala popular que existia em legislaturas passadas. Destacou que tal experiência reforça a necessidade de a Câmara Municipal retomar a prática de tribuna livre, permitindo a participação da sociedade civil em debates e encaminhamentos. O parlamentar informou ainda sobre a realização, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), de uma tribuna popular contra os agrotóxicos, promovida no âmbito da jornada em defesa da Amazônia. Relatou a participação de povos indígenas, quilombolas, agroextrativistas, agricultores familiares, sindicatos e organizações populares, que denunciaram os riscos do uso indiscriminado de agrotóxicos no município e região. Lembrou o episódio ocorrido em escola do município Belterra, onde alunos e professores sofreram consequências devido à pulverização agrícola em lavouras próximas, chamando a atenção para a necessidade de criação de um grupo de trabalho intermunicipal entre Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, a fim de debater alternativas para evitar problemas de saúde pública. O parlamentar também mencionou o incêndio ocorrido no lixão do Perema, que causou transtornos às comunidades do entorno devido à fumaça tóxica. Reconheceu a atuação do Secretário Municipal de Urbanismo, **RONAN LIBERAL JÚNIOR**, e do Corpo de Bombeiros, mas alertou para a urgência de soluções conjuntas entre municípios da região metropolitana para tratar da destinação correta dos resíduos sólidos. Em outro momento, deu boas-vindas aos representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) que estavam presentes em Santarém, destacando que apresentaria diversas demandas, sobretudo ligadas à educação estadual. Ressaltou a precariedade da infraestrutura de várias escolas estaduais no município, a ausência de espaços de lazer e esporte, e defendeu que as escolas cumpram também papel comunitário. Informou que protocolaria documento junto à ALEPA com um diagnóstico da situação da educação em Santarém, incluindo as dificuldades vividas nas regiões do interior, em especial por comunidades indígenas, ribeirinhas e do Planalto. O vereador **ANDREO RASERA (PL)** informou o protocolo de moção alusiva ao Dia 26 de setembro, Dia Nacional do Surdo, destacando a presença na galeria do presidente da Associação de Surdos de Santarém – ASUSANT, **RODRIGO**, acompanhado de demais membros da comunidade surda. Ressaltou a importância da luta pela visibilidade e direitos das pessoas surdas e demais pessoas com deficiência. O vereador também relatou a situação denunciada por moradores do bairro da Vigia, que enfrentam problemas de saúde devido à atividade de uma empresa de concreto, a Acari, responsável por poluição atmosférica que estaria causando alergias e problemas pulmonares em várias famílias. Afirmou que já houve tentativas de denúncia junto à Secretaria de Meio Ambiente e ao Ministério Público, e que, se necessário, buscará a judicialização do caso por meio de ação civil pública. O parlamentar enfatizou que apoia qualquer empresa que venha contribuir com o desenvolvimento do município, mas defendeu que empreendimento poluidores devem estar instalados em áreas devidamente zoneadas. Ao final, parabenizou a Mesa Diretora pela condução dos trabalhos diante da manifestação indígena, ressaltando a postura pacífica das lideranças e a importância de manter o diálogo com todos os segmentos da sociedade. Declarou apoio às lutas dos povos indígenas, quilombolas, pescadores e comunidades tradicionais, reafirmando o compromisso em dialogar sobre questões como o marco temporal, o reconhecimento de territórios e o acesso a políticas públicas. O vereador **GERLANDE CASTRO (PP)** ressaltou que a Casa do Povo deve estar sempre aberta para o diálogo democrático, fortalecendo a democracia. Afirmou não ter se sentido desprestigiado pela categoria indígena que se fez presente, entendendo como parte natural do processo democrático. Recordou a importância



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

da Tribuna Livre, citando o vereador BIGA KALAHARE (PT), e enfatizou que quem não está disposto a ouvir não serve para a vida pública. Defendeu que é papel do parlamento ouvir a sociedade diante das dificuldades sociais, como o desemprego e as desigualdades. Destacou ainda a importância da compreensão histórica da região amazônica e de suas origens indígenas, afirmando que o Brasil pertence a todos. O vereador parabenizou o deputado federal HENDERSON PINTO, que atendeu pedido da professora vereadora IVANIRA FIGUEIRA (PSD) por meio de projeto voltado à saúde ocular, beneficiando a população com óculos de correção visual, ação que trouxe dignidade e qualidade de vida. Destacou a importância da presença da Assembleia Legislativa do Estado do Pará em Santarém, que realizaria sessão no Barrudada Tropical Hotel, oportunidade para levar demandas locais, como infraestrutura da PA Translago, segurança pública, educação e questões relacionadas às comunidades de Alter do Chão e do Planalto Santareno. Em seguida, fez uso da palavra o vereador **ELIELTON LIRA (PDT)** que saudou os organizadores da audiência pública e da sessão da ALEPA, também registrou a presença de trabalhadores e trabalhadoras ligados à produção de carvão vegetal, ressaltando o esforço e a dignidade de sua atividade, apesar das perseguições relacionadas à legalidade ambiental. Reconheceu as dificuldades enfrentadas, defendendo que o município busque soluções para garantir espaço digno de trabalho, citando compromissos de diálogo com a Procuradoria, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Habitação. Na sequência, expressou insatisfação com a postura do Secretário Municipal de Saúde - SEMSA, EVERALDO MARTINS, acusando-o de falta de respeito e compromisso com os parlamentares e com a população. Ressaltou que o prefeito JOSÉ MARIA TAPAJÓS tem se mostrado atencioso e comprometido, atendendo rapidamente às demandas apresentadas, mas que a conduta do secretário estaria prejudicando a imagem do governo. Declarou que não permitirá desrespeito às prerrogativas da Câmara e pediu mudança de postura imediata, advertindo que continuará fiscalizando e cobrando responsabilidades na área da saúde. Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 22 de setembro 2025, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade.

EXPEDIENTES RECEBIDOS: MEMO. 080/2025 – GAB. Ver. Elita Beltrão (REPUBLICANOS) – justificativa da sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2025; MEMO. 135/2025 – PRESIDENCIA - GAB. Ver. Jander Ilson Pereira (União) – justificativa das sessões ordinárias dos dias 29 e 30 de setembro de 2025; MEMO. 042/2025 – GAB. Ver. Malaquias Mottin (PL) - justificativa das sessões ordinárias dos dias 29 e 30 de setembro de 2025; MEMO. 176/2025 – GAB. Ver. Alba Leal (MDB) - justificativa da sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2025; MEMO. 14/2025 – GAB. Ver. Alexandre Maduro (MDB) - justificativa das sessões ordinárias dos dias 29 e 30 de setembro de 2025; MEMO. /2025 – Ref. REQ. 2614/2025 – GAB. Ver. Biga Kalahare (PT) – Informa o cancelamento da realização de audiência pública, em alusão ao dia mundial dos animais; OF. 338/2025 – GAP/PMS – Ref.: PL nº3118/2-24 e PL 3218/2025 – Assunto: Retirada de Projetos de Lei de Pauta; OF. 2.378/2025 – GAB/PMS Encaminhamento de Lei nº 22.671, de 25 de setembro de 2025; OF. 2.379/2025 – GAB/PMS - Encaminhamento de Lei nº 22.672, de 25 de setembro de 2025; Of. 2.356/2025 – GAB/PMS – Encaminhamento de Leis de Terras: Leis nº 22.643 a 22.654, de 22 de setembro de 2025; Of. 2.362/2025 – GAB/PMS – Encaminhamento de Leis de Terras: Leis nº 22.655 a 22.670, de 22 de setembro de 2025.

Trabalhos encaminhados às comissões pertinentes: PROJETO DE LEI 4105/2025, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB), que dispõe sobre a criação, denominação e delimitação do bairro espírito santo no município de Santarém, estado do Pará e dá outras providências. PROJETO DE LEI 4106/2025, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB), que dispõe sobre a denominação oficial das ruas e avenidas do bairro Espírito Santo, localizado no município de Santarém, estado do Pará. PROJETO DE LEI 4107/2025, de autoria do vereador Alberto Portela (União), institui, no âmbito do município de Santarém, o Programa “Domingo de Lazer”, a ser realizado em praças, parques e espaços públicos, com atividades culturais, feira de artesanato e gastronomia; PROJETO DE LEI 4108/2025, de autoria do vereador Alberto Portela (União), que dispõe sobre a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

obrigatoriedade da arborização em novos empreendimentos habitacionais públicos e privados, estabelece diretrizes para o planejamento e execução do paisagismo urbano em Santarém, e dá outras providências. PROJETO DE LEI 4109/2025, de autoria do vereador Alberto Portela (União), que dispõe sobre a adoção de medidas de segurança e a implantação de equipamentos de proteção nas escolas públicas da rede municipal de ensino do município de Santarém e dá outras providências; PROJETO DE LEI 4110/2025, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD), que dispõe sobre a divulgação da demanda atendida e da lista de espera por vagas em creches públicas do município de Santarém, em consonância com a Lei Federal nº 14.685/2023, e dá outras providências; PROJETO DE LEI 4110/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação, denominação, retificação e ratificação de logradouros públicos e a alteração da poligonal do bairro cambuquira, localizado na zona sul do município de Santarém e dá outras providências. **TRABALHOS ACATADOS:** Pedido de informação nº 149/2025, de autoria do Vereador Urias Pingarilho (MDB); Pedido de informação nº 151/2025, de autoria do Vereador Elielton Lira (PDT). Em seguida, transcorreu-se para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** MOÇÃO DE APLAUSOS nº 262/2025, de autoria do vereador Andreo Raser (PL); MOÇÃO DE APLAUSOS nº 261/2025, de autoria do vereador Joziel Colares (PRD); MOÇÃO DE APLAUSOS nº 265/2025, de autoria do Poder Legislativo. A seguir, o vereador ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL) solicitou a alteração excepcional da data da sessão ordinária prevista para o dia seguinte, propondo que fosse transferida para a quarta-feira, no mesmo horário, a fim de evitar prejuízos à Casa e à população em razão da coincidência com a sessão itinerante da Assembleia Legislativa do Pará - ALEPA. Ele justificou que a Assembleia se propõe a ouvir as demandas de Santarém e sugeriu a elaboração de um documento unificado, contendo as principais reivindicações do município, para ser entregue aos deputados. O parlamentar pediu ao presidente que verificasse, no regimento interno, a possibilidade de incluir a mudança de data na pauta, reforçando que se trata de uma alteração excepcional para garantir a participação dos vereadores nesse importante momento. Dessa forma, o presidente citou que o plenário é soberano, e colocou em votação a sugestão do vereador Erasmo Maia que, em sequência, foi aprovada pelo soberano plenário. Em continuidade, a pedido dos vereadores ERLON ROCHA (MDB) e BÁRBARA MATOS (PP) foi aprovado a inversão em pauta de suas matérias, referente a Indicação 918/2025, de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB) e requerimento 2777/2025, de autoria da vereadora Bárbara Matos (PP) que, em sequência, foram aprovadas. Concluído o tempo regimental, o vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. **VEREADORES PRESENTES:** ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); ENF. JOZIEL MARQUES COLARES (PRD); RENILSON MARINHO ALVES (PSD); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP); JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ENF. MURILO TOLENTINO DE MATOS (PRD); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT). **AUSÊNCIAS COM JUSTIFICATIVA:** ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); MALAQUIAS JOSÉ MOTTIN (PL); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL). E, para constar, mandou lavrar a ata que, depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.